



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



RELATÓRIO

PROJETO DE LEI Nº 180 DE 2025

Institui a Política Municipal de Valorização das Ações Preventivas no ambiente escolar e reconhece programas estaduais de prevenção, como o PROERD, como de relevante interesse público local.

RELATOR: VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

O Projeto de Lei nº 180 de 2025, de autoria do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, tem por objetivo ***instituir a Política Municipal de Valorização das Ações Preventivas no Ambiente Escolar, reconhecendo programas estaduais de prevenção, como o Proerd de relevante interesse público local.***

O artigo 1º institui a Política Municipal de Valorização das Ações de Prevenção às Drogas e à Violência no Ambiente Escolar, com o objetivo de incentivar ações educativas, preventivas e de cooperação no sistema municipal de ensino.

O artigo 2º reconhece expressamente o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, desenvolvido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, como programa estadual de relevante interesse público local, fundamentando-se em seus benefícios sociais e educativos.

O artigo 3º apresenta as diretrizes da Política Municipal de Valorização das Ações Preventivas, como incentivo a atividades educativas; fortalecimento da participação da comunidade escolar e estímulo à cooperação institucional entre Município, escolas, famílias,



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



órgãos públicos e entidades da sociedade civil, todas com caráter orientador e sem criação de encargos ou obrigações ao Executivo.

O artigo 4º institui, no Calendário Oficial do Município, a Semana Municipal de Valorização das Ações Preventivas nas Escolas, a ser realizada anualmente na segunda semana de novembro e em seus incisos trata das finalidades. Ressalta que todas as atividades previstas na Semana de Valorização terão caráter facultativo, vedada a criação de despesas obrigatórias ao Executivo.

O artigo 5º institui o Selo “Escola Municipal Aliada da Prevenção” de caráter honorífico e voluntário, destinado a reconhecer unidades escolares que se destaquem na promoção de ações preventivas. O Selo poderá ser concedido pela Câmara Municipal e não gera qualquer obrigação administrativa, financeira ou estrutural ao Poder Executivo.

O artigo 6º prevê que o Poder Executivo pode, de forma não obrigatória, prestar apoio eventual ao PROERD e a outros programas estaduais de prevenção, como apoio logístico; cessão ocasional de espaço público para atividades ou cooperação institucional, sem criação de encargos permanentes. A colaboração ocorrerá apenas quando houver conveniência administrativa e determina que não haverá interferência em programas estaduais e na organização administrativa da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O artigo 7º declara que a lei tem natureza de diretrizes gerais, não gerando obrigações, despesas ou vinculações para a Administração Pública, nem interferindo na organização administrativa da Polícia Militar ou em programas estaduais já existentes.

Por último, o artigo 8º estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em justificativa apresentada, o autor ressalta a importância das ações preventivas no ambiente escolar, ressaltando que a proposta tem caráter orientador, sem impacto financeiro obrigatório, alinhada aos princípios da educação preventiva, proteção da criança e do adolescente e cooperação federativa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 1706-J2Z9-316C-U8D3



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



II - CONCLUSÕES DO RELATOR

a) Legalidade e Constitucionalidade

O Projeto de Lei nº 180 de 2025 está em conformidade com os princípios constitucionais e legais, não apresentando vícios de constitucionalidade ou legalidade.

Nos termos do artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal ou estadual no que couber. A política Municipal de Valorização das Ações Preventivas no Ambiente Escolar se enquadra diretamente nesta competência, pois envolve medidas educativas, de proteção social e de promoção da segurança escolar, na qual são matérias de evidente repercussão local.

Além disso, a matéria encontra respaldo no artigo 23, inciso V e artigo 24, XV da Constituição Federal, que estabelecem ser competência comum dos entes federativos à proteção à infância e juventude, bem como proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. A instituição de diretrizes preventivas no ambiente escolar alinha-se a essa atribuição constitucional compartilhada, reforçando o caráter cooperativo da política pública, sem afetar competências estaduais ou federais.

Juntamente, a propositura se harmoniza aos artigos 205 e 227 da Constituição Federal, que tratam, respectivamente, da educação como direitos de todos e da proteção integral de crianças e adolescentes, permitindo ao Município promover ações de prevenção e fortalecimento do ambiente escolar.

Desse modo, no tocante à iniciativa, não se vislumbra vício. O projeto se trata de uma política pública de natureza orientadora, sem criação de despesas obrigatórias, cargos, funções ou estruturas administrativas, e sem imposição de obrigações ao Poder Executivo. Respeitando o princípio da separação de poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal e a autonomia organizacional do Poder Executivo, uma vez que não interfere na organização interna da Administração Municipal e não impõe ações de execução compulsória.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal no julgamento de Repercussão Geral (Tema nº917) vinculada ao RE nº878.911, consolidou o entendimento no sentido de que não caracteriza usurpação da competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei de iniciativa parlamentar que, embora crie obrigação ou despesa, não altera a estrutura administrativa, não



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



cria cargos e não modifica atribuições essenciais de órgãos públicos. O Projeto de Lei nº 180/2025 se limita a instituir uma política municipal, não implicando criação de novas estruturas administrativas.

Importante destacar que a previsão constante no projeto de apoio eventual do Poder Executivo é facultativa, não impondo atuação obrigatória, o que afasta qualquer vício de iniciativa ou violação à autonomia administrativa.

No aspecto material, a proposta é compatível com a proteção social, preventiva e educacional, sem afrontar competências estaduais, considerando que o reconhecimento do PROERD é meramente declaratório e não implica coordenação ou ingerência no programa estadual. Tais características afastam qualquer possibilidade de questionamento quanto a vício de iniciativa ou ingerência indevida.

Por fim, o projeto respeita a autonomia pedagógica das escolas, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), e reforça práticas preventivas já consolidadas em âmbito estadual e federal, sem alterar estruturas organizacionais ou curriculares.

Diante do exposto e com base nos fundamentos expostos, conclui-se que o Projeto de Lei nº 180 de 2025 atende os requisitos formais e materiais, demonstrando sua relevância social e legalidade, apto a regular tramitação.

b) Conveniência e Oportunidade

O Projeto de Lei nº 180/2025 mostra-se conveniente e oportuno, uma vez que promove a valorização de ações preventivas no ambiente escolar, fortalecendo políticas de educação, cidadania e proteção social.

A prevenção às drogas, à violência, ao bullying e a comportamentos de risco, constitui medida essencial na formação de crianças e adolescentes, contribuindo para ambientes escolares mais seguros, integrados e saudáveis.

A criação da Semana Municipal de Valorização das Ações Preventivas e do Selo “Escola Municipal Aliada da Prevenção” incentiva boas práticas pedagógicas e valoriza



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



iniciativas, sem gerar custos obrigatórios, atuando como instrumento de estímulo e reconhecimento.

A cooperação voluntária com programas estaduais como o PROERD reforça o princípio constitucional da cooperação federativa (CF, arts. 23 e 30), fortalecendo políticas preventivas já consolidadas e de comprovado impacto social.

A proposta respeita a responsabilidade fiscal, pois não cria encargos ao Poder Executivo e nem exige estrutura específica, permitindo que as práticas preventivas sejam fortalecidas por meio da participação comunitária das escolas e das instituições parceiras.

Diante de sua relevância educacional, social e preventiva, a proposta se mostra oportuna e conveniente para o Município de Mogi Mirim.

III - OFERECIMENTO DE SUBSTITUTIVO, EMENDAS OU SUBEMENDAS

Após análise detalhada do projeto o relator **não propõe emendas** ao texto do projeto. A decisão de não propor emendas baseia-se no entendimento de que o projeto, em sua forma cumpre com os seus objetivos.

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, por unanimidade, **aprova** o Projeto de Lei nº 180 de 2025, **sem emendas**, considerando-o **legal, constitucional e conveniente**.

Assinam os membros da Comissão de Justiça e Redação que votaram a favor:

- Vereador Wagner Ricardo Pereira (Presidente)
- Vereador João Victor Coutinho Gasparini (Vice-Presidente)
- Vereador Wilians Mendes de Oliveira (Membro)



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTTOLI”, em 11 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

Relator

REFERÊNCIAS:

1. **Consulta e Parecer Técnico Jurídico- UVESP:** reforçou que o Projeto de Lei nº 180 de 2025 é constitucional, legal e tecnicamente adequado, pois não apresenta vício de iniciativa, não cria despesas ou obrigações ao Executivo e mantém caráter meramente orientador. Destacou-se que o projeto respeita a autonomia pedagógica das escolas, a autonomia administrativa do Município e que a previsão de apoio ao PROERD foi redigida de forma correta e facultativa.
2. **Constituição Federal, Art. 2º:** dispõe sobre o princípio das separações de poderes.
3. **Constituição Federal, Art. 23, inciso V:** define a competência comum entre União, Estados e Municípios para proteger crianças e adolescentes, reforçando que políticas de prevenção à violência, drogas e bullying no ambiente escolar podem ser adotadas pelo Município.
4. **Constituição Federal, Art. 24, inciso XV:** trata da competência concorrente dos entes federados legislar sobre proteção à infância e à juventude.
5. **Constituição Federal, Art. 30, I e II:** base legal para a competência de legislar sobre assuntos de interesse local e de suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
6. **Constituição Federal, Art. 205:** dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.
7. **Constituição Federal, Art. 227:** determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência ou opressão.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

8. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996):** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 1706-JZ9-316C-U8D3



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 180 DE 2025 DE AUTORIA DO VEREADOR MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO.

Seguindo o Voto exarado pelo Relator e conforme determina o artigo 35 da Resolução nº 276 de 09 de novembro de 2010 a Comissão Permanente de Justiça e Redação formaliza o presente PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 180 de 2025.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

Presidente/Relator

VEREADOR JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI

Vice-Presidente

VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA

Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 1706-J2Z9-316C-U8D3



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=1706J2Z9316CU8D3>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 1706-J2Z9-316C-U8D3

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 1706-J2Z9-316C-U8D3